



JORNAL DA ANAMATRA

Sempre ao seu lado

P. 10. Campanha “Juiz do Trabalho: Sempre ao seu lado” chega a Campinas (SP)

Direitos trabalhistas

P. 17. Câmara aprova PEC que estende direitos de trabalhadores domésticos

Premiação

P. 24. Anamatra entrega Prêmio de Direitos Humanos

TJC

P. 30. Juízes fazem balanço do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC)


**Impresso
Especial**

 9912284423-/DR/BSB
 ASSOCIAC DOS
 MAGISTRADOS DA JUSTIÇA
 DO TRABALHO

CORREIOS

AYRES BRITTO DESPEDE-SE DO CNJ E DEFENDE A INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Foto: Arquivo Anamatra



“O importante não é responder por último, mas perguntar primeiro. E para isso é preciso ter coragem. E é dessa coragem que o Poder Judiciário precisa para ter a sua independência e lutar contra os ideais antirrepublicanos”. Com essas palavras o ministro Ayres Britto, presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal (STF), despediu-se da presidência do Conselho no dia 13 de novembro durante a 158ª sessão do órgão.

O discurso do ministro foi antecedido por muitas homenagens feitas pelos conselheiros, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Advocacia-Geral da União. Os magistrados do Trabalho também tiveram espaço para falar ao ministro, o que foi feito pelo presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, que acompanhou a sessão juntamente com diversos membros da diretoria e dirigentes das Amatras.

“Foram tempos de intenso diálogo com a Anamatra”, reconheceu Sant’Anna em sua intervenção ao lembrar a presença do ministro no 16º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho (Conamat) e na reunião do Conselho de Representantes da entidade, no último mês de agosto. “Se eu tivesse que eleger um legado único do mandato de Vossa Excelência seria o diálogo, a disponibilidade para ouvir”, disse.

Sant’Anna também lembrou que na data a Anamatra ingressou com pedido de providência para que o CNJ posicione-se firmemente pela autonomia do Poder Judiciário e que os direitos e deveres de juízes Estaduais, Federais e do Trabalho sejam iguais. “Vossa Excelência atuou no sentido de que o CNJ seja a voz do Poder Judiciário. E cabe a esse próprio Conselho agora não permitir que a vegetação feche esse caminho. As ervas daninhas crescem muito rápido, presidente, regadas pelo autoritarismo daqueles que veem no voto a bênção para todas as ofensas à tripartição dos poderes”, alertou.

Em sua intervenção, Ayres Britto lembrou as palavras de Sant’Anna e reconheceu que falta ao CNJ exercer o papel institucional que a Constituição Federal lhe conferiu de zelar pela autonomia do Poder Judiciário. “O Poder Judiciário é o mais cobrado e o menos perdoado. É garantidor e fiador da Constituição Federal e da ordem jurídica. Se não governa, impede o desgoverno, a desordem, o desmando. No entanto, não é tratado em termos de remuneração à altura da superlatividade de seu papel”. 

Expediente

PRESIDENTE:

Renato Henry Sant'Anna
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE:

Paulo Luiz Schmidt
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

Fabrcio Nicolau dos Santos Nogueira
(Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

João Bosco de Barcelos Coura
(Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

Gilberto Augusto Leitão Martins
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Cléa Maria Carvalho do Couto
(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS
E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Vitor Leandro Yamada
(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Germano Silveira de Siqueira
(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

Narbal Antônio de Mendonça Fileti
(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

André Machado Calvancanti
(Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

Valter Souza Pugliesi
(Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

Terezinha Célia Kineipp Oliveira
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli
(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia),
Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco),
Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);
SUPLENTE:

Adib Pereira Netto Salim
(Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS
RESPONSÁVEIS:

Mariana Monteiro (7859/DF)
Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

Clarissa Teixeira e Luisa Bravo

IMPRESSÃO:

TIRAGEM: 1050 exemplares

Carta ao Associado

Caros colegas,

Vem chegando o final de mais um ano difícil para a Magistratura, que continua sua luta solitária e inglória em busca de valorização profissional, melhores condições de trabalho e respeito à garantia constitucional da revisão anual dos seus subsídios, hoje corroídos em mais de 30% pela inflação.

A curta, porém intensa gestão do Ministro Ayres Britto na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trouxe significativos avanços nas negociações e tratativas com o Poder Executivo, insuficientes, todavia, para convencer um Governo insensível às reais e prementes necessidades dos juizes brasileiros.

A Anamatra, de longa data, vem lutando para mudar esse preocupante cenário de contínua desestruturação e quebra da autonomia e independência do Poder Judiciário, promovida uma vez mais pelo Executivo com o corte na proposta orçamentária 2013 enviada ao Congresso Nacional.

O trabalho junto à Presidência do STF foi uma constante durante o ano e vários foram os instrumentos de pressão utilizados pela Anamatra que, a partir das deliberações trazidas das assembleias das Amatras, culminaram no movimento "Semana Sem Conciliação" e no ajuizamento de mandado de segurança contra o corte orçamentário realizado pelo Executivo.

Além dessas medidas, a Anamatra propôs perante o CNJ pedido de providências requerendo deste Conselho, como órgão que tem o dever constitucional de zelar pela autonomia do Judiciário, a adoção de providências visando a garantir a independência orçamentária e financeira deste Poder.

E mais. Como órgão de controle da atuação administrativa do Poder Judiciário, pleiteando que o CNJ efetue o levantamento e emita nota técnica tratando das perdas salariais da magistratura decorrentes da corrosão inflacionária e da falta de recomposição dos subsídios, bem como adote medidas concretas de isonomia remuneratória para todo o Poder Judiciário Nacional.

Não olvidou a ANAMATRA também em voltar sua atenção para o prosseguimento da Reforma da Previdência, a partir da instituição do Funpresp, ajuizando ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 12.618/2012 perante o STF.

Apesar do árduo e incessante trabalho associativo na busca pela recomposição integral das perdas salariais no Congresso Nacional, o Governo conseguiu emplacar a ideia de que o Judiciário deve receber o mesmo índice de reajuste concedido às demais carreiras públicas, com o falacioso argumento do tratamento igualitário. Com o devido respeito, tal equiparação não se justifica, sob os mais diversos aspectos.

A Magistratura da União é a única, efetivamente, remunerada apenas por subsídio, em parcela única, sem direito a adicionais, gratificações, vantagens pessoais e verbas de representação (jetons). Os juizes não têm progressão horizontal na carreira – fato esse a evidenciar a clara desvalorização da experiência profissional e do tempo de serviço prestado à judicatura –; são proibidos de exercer outra atividade que não uma de magistério; não podem exercer o comércio ou cargo de direção em sociedades civis, dentre outras vedações que tornam o subsídio sua única fonte de renda.

Por essas e outras razões, há muito tempo a carreira da magistratura deixou de ser atrativa, e nem de longe sua remuneração é o teto do funcionalismo público do país, como prevê a Constituição da República. As distorções salariais são tamanhas que diversas outras categorias recebem, direta ou indiretamente, valores superiores aos juizes e, não raras vezes, acima, inclusive, do limite constitucional.

Mudanças nessa política de sucateamento são urgentes e necessárias, mas para que isto ocorra é preciso que o Supremo Tribunal Federal assuma a sua responsabilidade enquanto órgão máximo do Poder Judiciário e admita outros mecanismos internos de recomposição anual dos subsídios.

A Anamatra continuará a lutar, incansavelmente, pela recuperação das perdas salariais passadas e pela revisão anual futura do valor dos subsídios em patamar compatível com a manutenção do poder aquisitivo do juiz, bem como trabalhará para restabelecer o adicional por tempo de serviço como forma de valorização e progressão na carreira.

Neste final de ano é tempo de descansar e renovar as forças e esperanças para as batalhas vindouras por um futuro melhor para o Poder Judiciário Nacional.

Desejo aos colegas um Feliz Natal e um esperançoso Ano Novo.

Um grande abraço a todos.

Vitor Yamada

Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos



ANAMATRA ATUA PELA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA BRASILEIRA

O Plenário do Senado Federal aprovou no dia 18 de dezembro o substitutivo que reajusta o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto fez a adequação do valor do subsídio aos recursos do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2013, prevendo reajuste total de 15,8% em três anos (5% em 01/2013, 5% em 01/2014 e 5% e 01/2015). O texto seguiu agora para a sanção da Presidente da república.

“Todos os esforços foram feitos pela Anamatra na defesa da integralidade da reposição inflacionária para a magistratura brasileira, conforme prevê a Constituição Federal, de acordo com os projetos apresentados pelo STF”, informa o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

A atuação da Anamatra pela valorização da magistratura foi intensa nos últimos meses. Entre as ações realizadas esteve a paralisação das atividades dos juízes do Trabalho e Federais nos dias 7 e 8 de novembro e a não participação na Semana de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 7 a 14 de novembro. O movimento deflagrado pela Anamatra em parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) teve adesão de cerca de 90% dos magistrados do Trabalho em todo o Brasil, que foram aos fóruns, mas não realizaram audiências, que foram remarçadas. Apenas atos urgentes foram realizados.

O objetivo do movimento foi o de chamar a atenção para a desvalorização da carreira, que sofreu perdas remuneratórias de cerca de 30%, desde 2005, quando foi implantado o subsídio em parcela única. “Quem vive do que ganha não pode se envergonhar de reivindicar seu salário. Todos sabem da justiça dos nossos pleitos. Queremos a realidade da Constituição, a harmonia entre os Poderes”, declarou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. ►



Valorização



Fotos: Arquivo Anamatra

MOBILIZAÇÃO NAS AMATRAS

Atos públicos e manifestações foram realizados em diversas regiões do país para marcar a manifestação dos juízes. O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou de dois deles em Brasília no dia 7 de novembro. O primeiro, um ato político, foi realizado nas dependências da Justiça Federal e o segundo deles, um ato público, aconteceu no prédio das Varas do Trabalho. Os eventos contaram com a presença de diversos representantes das Amatras, de outras entidades associativas das Justiças do Trabalho, Federal e do Ministério Público.

**“Queremos
a realidade da
Constituição,
a harmonia entre
os Poderes”**

Renato Sant'Anna,
presidente da Anamatra



ESCLARECIMENTO À IMPRENSA

Em Brasília, a Anamatra promoveu, no primeiro dia de paralisação, uma coletiva de imprensa em parceria com a Ajufe para esclarecer o motivo da paralisação e da não adesão à Semana da Conciliação. “Para os juízes é uma decisão extremamente difícil. Sabemos que o prejuízo maior é do trabalhador. Entretanto, entendemos que não há trabalhador que conviva com uma perda inflacionária de cerca de 30% e se resigne”, disse Sant’Anna, ao explicar que a correção dos vencimentos da magistratura não ocorre há anos, implicando em grande defasagem salarial.

Durante o encontro com os jornalistas, Sant’Anna também explicou que atualmente um juiz recebe entre R\$ 14 e 15 mil líquidos e nos últimos sete anos houve reajuste de apenas 9% para uma inflação de mais de 40%, o que significa uma subtração de mais de quase um terço do poder de compra. “Vivemos do nosso salário e precisamos ter respostas aos nossos pleitos salariais”, afirmou Renato Sant’Anna. “Necessitamos de uma política salarial consistente e o resgate do Adicional por Tempo de Serviço”, completou.

Indagado por um jornalista sobre o não julgamento de mandados de injunção (MI) impetrados no Supremo Tribunal Federal (STF), Renato Sant’Anna esclareceu que os juízes terminam sem ter a quem recorrer. “O STF, historicamente, tem se mostrado conservador nos pleitos da magistratura. O juiz acaba sendo o único brasileiro sem jurisdição. Temos inúmeros mandados de injunção há vários anos tramitando e o STF poderia julgá-los, já que há inação do Congresso Nacional”, frisou o presidente da Anamatra. “O MI é um instrumento criado pela Constituição exatamente para a omissão do Congresso Nacional, que é o caso”, completou. Outro ponto importante destacado por Renato Sant’Anna foi a discrepância entre as diversas justiças – Estadual, Federal e do Trabalho. “Nas justiças estaduais há sistemas diferentes, permitindo maiores salários aos magistrados e isso não pode permanecer. Precisamos caminhar para a unificação, afinal, o Judiciário é nacional, como diz o Supremo Tribunal Federal”, declarou o juiz.

“Nossa expectativa é que haja diálogo para chegar a uma solução. A Constituição Federal diz que os Três Poderes devem ser independentes e harmônicos e é isso que queremos: respeito à autonomia e independência do Poder Judiciário”, finalizou o presidente da Anamatra.



Foto: Arquivo Anamatra



Valorização

AUDIÊNCIAS COM AUTORIDADES



Foto: Arquivo Anamatra

Também fez parte da atuação dos magistrados diversas audiências com autoridades dos Três Poderes. No dia 7 de novembro, dirigentes da Anamatra e da Ajufe estiveram com o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto. Durante o encontro, os magistrados reiteraram ao ministro a insatisfação da carreira com a falta de uma política remuneratória consistente.

No dia 14 de novembro, os magistrados reuniram-se novamente com o ministro Ayres Britto em um café da manhã no STF, dessa vez com a participação de diversos parlamentares, entre eles o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator-geral da proposta orçamentária de 2013; os deputados Luciano Castro (PR), relator setorial da área temática Poderes de Estado e Representação do projeto de orçamento, e Antonio Andrade (PMDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação e relator dos projetos de reajuste dos subsídios; os líderes na Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB), Lincoln Portela (PR), Sarney Filho (PV), Mendes Thame (minoria/PSDB); e a deputada Rosinha Adefal.

O encontro contou também com a presença dos ministros João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e Felix Fischer, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de outros dirigentes de Tribunais Superiores e do ministro Joaquim Barbosa. “A magistratura perde poder de competitividade. A procura por cargos de magistrado diminuiu preocupantemente. Quando a magistratura se desalenta e até deserta, migrando para outras áreas, o país experimenta um decréscimo. Queremos uma compreensão do Poder Legislativo para esse estado de coisas, para esse quadro remuneratório preocupante. Que os senhores nos ajudem no sentido de nossa reprofissionalização”, disse o ministro ao ressaltar aos parlamentares que a categoria experimenta um processo de “temerário desprestígio” que se reflete nos concursos públicos.

“Quando a magistratura se desalenta e até deserta, migrando para outras áreas, o país experimenta um decréscimo. Queremos uma compreensão do Poder Legislativo para esse estado de coisas, para esse quadro remuneratório preocupante”

Ministro Ayres Britto



Foto: Carlos Humberto SCO/STF



Valorização



Fotos: Arquivo Anamatra



No dia 6 de novembro, os juizes reuniram-se com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Audiências com parlamentares também foram constantes durante os últimos meses, entre eles com os líderes do PMDB na Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e no Senado, Renan Calheiros.

O presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB-AP), também recebeu juizes do Trabalho e Federais no dia 7 de novembro.

“Sempre procurei dar apoio às causas da magistratura. No que depender de mim, estou pronto para fazer”, declarou Sarney no encontro que também contou com a presença de representantes de entidades representativas do Ministério Público da União.

Diversos outros parlamentares foram visitados pelos magistrados, entre eles o senador Romero Jucá, relator-geral do Orçamento, o deputado Antonio Andrade (PMDB-MG), relator dos projetos de reajuste do subsídio e presidente da Comissão de Finanças e Tributação e líderes na Câmara deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Lincoln Portela (PR-MG). Os magistrados também estiveram com os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Sérgio Souza (PMDB-RR) e com os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Carmem Zanotto (PPS-SC), Renato Molling (PP-RS), Cleber Verde (PRB-MA), José Sarney Filho (PV-MA), Anibal Gomes (PMDB-CE), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Alessandro Mollon (PT-BA), Josias Gomes (PT-BA) e João Leão (PP-BA).



Valorização

APOIO À INICIATIVA

A mobilização dos juízes mereceu diversos apoios e foi amplamente divulgada na imprensa nacional. Diversos parlamentares se pronunciaram na sessão plenária em favor do reajuste dos subsídios dos ministros do STF.

O deputado Lincoln Portela, líder do PR na Câmara, lembrou que a magistratura da União está submetida ao regime remuneratório na forma de subsídio em parcela única, conforme determinado pela Constituição Federal. “A recente divulgação das folhas de pagamento do Poder Judiciário, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, confirma a irrestrita observância pela magistratura federal do regime do subsídio em parcela única e da limitação ao teto constitucional”, disse.

O parlamentar também lembrou a perda inflacionária de cerca de 30% no valor dos vencimentos dos magistrados. “Quero deixar bem claro que essas elevadas perdas tornaram o valor do subsídio incompatível com o grau de responsabilidade, complexidade e exigência da carreira da magistratura federal, gerando um inédito e preocupante movimento de evasão, com juízes federais prestando concurso para outras carreiras jurídicas ou mesmo retornando à advocacia”, afirmou.

“Está aqui o Congresso Nacional mais uma vez faltando com o seu papel de cumprimento da Constituição da República. Daí mandado de injunção junto ao Supremo Tribunal Federal, para que ele faça valer o direito dos juízes federais de todo o País. Daí esta nota pública, e está aqui o apoio da bancada do PPS a essa manifestação”, ressaltou o deputado Rubens Bueno, líder do PPS na Câmara, ao ler a nota conjunta divulgada pela Anamatra e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O deputado Fábio Trad (PMDB-MS) também mencionou o movimento dos juízes. “A Magistratura Federal Brasileira está em alerta. Deflagra hoje uma ação corporativa que visa despertar, na sociedade brasileira, a atenção para os graves problemas que a aflige. É o momento deste Parlamento aprovar o projeto de revisão de subsídios da Magistratura Federal Brasileira”, defendeu.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Sul também divulgou, em seu site, nota de esclarecimento e de respeito à decisão coletiva dos juízes do Trabalho e Federais de paralisar suas atividades. “A Anamatra recebe com muita satisfação a oportuna manifestação do TRT da 4ª Região, que respeita a vontade de expressiva maioria dos juízes do Trabalho, cujo descontentamento não poderia passar despercebido pelas instâncias institucionais do Poder Judiciário”, declarou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, sobre o documento.

O conselheiro do CNJ e juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz também divulgou artigo na imprensa no qual reconheceu a legitimidade do movimento dos juízes em favor da valorização da magistratura. Sob o título “Juízes que hoje protestam o fazem com tristeza”, o conselheiro lembra que a Constituição Federal está sendo desrespeitada. “Aquele que tem a responsabilidade de garantir ao cidadão o cumprimento das leis, está sendo vítima do desrespeito expresso da Constituição e naquilo que lhe afeta mais diretamente em sua vida pessoa e de sua família: seus subsídios”, ressaltou.

“Aquele que tem a responsabilidade de garantir ao cidadão o cumprimento das leis, está sendo vítima do desrespeito expresso da Constituição e naquilo que lhe afeta mais diretamente em sua vida pessoal e de sua família: seus subsídios”

José Lúcio Munhoz, conselheiro do CNJ





Foto: Glaucio Detmar/ Agência CNJ

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS PELA INDEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO

No dia 13 de novembro, mais uma ação foi tomada pela Anamatra pela valorização da carreira com o protocolo de pedido de providências no CNJ visando à preservação da autonomia e independência do Poder Judiciário, bem como a efetivação dos direitos, prerrogativas e garantias previstos no Estatuto da Magistratura, especialmente no que diz respeito ao aspecto orçamentário, o que inclui o reajuste dos subsídios. O protocolo pedido recebeu o número 6892-32.2012.2.00.0000 e está sob a relatoria do conselheiro Tourinho Neto.

A entidade afirmou no pedido que não tem amparo constitucional a conduta da Presidência da República em cortar as proposições encaminhadas pelo Judiciário e Ministério Público para o Projeto de Lei Orçamentária de 2013. “Cabe ao Poder Executivo apenas consolidar (ou aglutinar) as propostas dos Três Poderes e do Ministério Público, com a indicação expressa das receitas para as despesas previstas e estimadas pelo Poder Judiciário, Legislativo e pelo Ministério Público”, explica o presidente da Anamatra. O magistrado lembrou também que o artigo 99 da Constituição Federal prevê a autonomia orçamentária e financeira do Poder Judiciário, sendo, portanto, de sua exclusiva atribuição a apresentação de sua proposta orçamentária, em observância aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O pedido de providências esclarece que desde 2005 os vencimentos da magistratura sofreram muitas perdas inflacionárias (de quase 30%), a partir do momento em que a implementação do subsídio como parcela única de remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concretizou-se. “Embora assegurada pela Constituição Federal, a revisão anual está sendo sistematicamente inviabilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo”, explica Sant’Anna. Nesse sentido, a Anamatra pede que o CNJ edite resolução documentando percentual da corrosão inflacionária dos subsídios da magistratura brasileira até o ano de 2012.

ISONOMIA

O PP inclui também pedido para que o CNJ adote medidas concretas (resoluções ou atos normativos de caráter vinculante) para a efetivação da isonomia e da unidade orgânica e remuneratória no âmbito do Poder Judiciário, assegurando igualdade de direitos e vantagens a todos os juízes brasileiros, independentemente do ramo e esfera (Estadual, Federal ou Trabalhista). 



Sempre ao seu lado

CAMPANHA “JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO” CHEGA A CAMPINAS (SP)



Fotos: Arquivos Anamatra e Amatra 15

Cerca de 25 juizes do Trabalho tiraram dúvidas da comunidade a respeito da legislação trabalhista na noite do dia 6 de dezembro no Instituto Educacional Imaculada, em Campinas (SP). A ação faz parte da campanha da Anamatra “Juiz do Trabalho: Sempre ao seu lado”, que visa a aproximar os juizes do Trabalho da população. O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, esteve presente e explicou à comunidade e aos participantes do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) na Região a importância da aproximação entre a magistratura e a sociedade.

“Queremos, com esta campanha, mostrar nossa disponibilidade para o contato com os cidadãos e ressaltar que estamos do lado de quem precisa de nós, ou seja, de todos aqueles que compõem o mercado de trabalho: empregados e empregadores”, disse Sant’Anna. “Posso dizer com certeza que amanhã, cada juiz que participou deste momento aqui será um juiz melhor”, completou.

O presidente da Amatra 15, Guilherme Feliciano, aproveitou a oportunidade para destacar que por muito tempo o juiz se fechou e esteve inacessível

ao cidadão, mas que hoje isto está mudando. “Queremos ouvir mais, ser entendidos pelos cidadãos, nos aproximar, para que apontem nossos problemas e então possamos melhorar”, disse.

A ação em Campinas também contou com a presença do presidente eleito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, desembargador Fábio Cooper; o atual vice-presidente judicial do tribunal, Lorival Ferreira dos Santos; o procurador do Trabalho da 15ª Região, Nei Messias; além de representantes da Polícia Militar, Ordem dos Advogados do Brasil e da Secretaria de Educação de Campinas.

JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO

Campinas é a quarta cidade a receber a campanha da Anamatra, que começou no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, já passou por Salvador (BA), São Paulo (SP) e vai percorrer outras cidades brasileiras até junho de 2013.

Mais informações sobre a iniciativa e vídeos com dúvidas sobre Direito do Trabalho podem ser conferidos no hotsite da campanha –

www.sempreaoseulado.com.br

Sempre ao seu lado

Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado.



"Temperando com justiça a vida das pessoas."



"Construindo uma sociedade mais justa."



"Cuidando da saúde e segurança do trabalho."



"Fazendo seu direito chegar a você."

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
www.sempreaoseulado.com.br

facebook.com/anamatra @anamatra



Anamatra nas redes sociais



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



ENTIDADE DIVULGA NOTA PÚBLICA DEFENDENDO ATUAÇÃO DO STF NO JULGAMENTO DO 'MENSALÃO'

NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), diante da nota publicada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 14 de novembro de 2012, abordando o julgamento da Ação Penal no Supremo Tribunal Federal (STF) n. 470, vem a público expressar:

- 1) É legítimo ao Partido dos Trabalhadores expressar opinião sobre fatos que dominam a realidade nacional e internacional, destacadamente os que decorrem do julgamento da Ação Penal-STF n.470, onde foram condenados alguns de seus dirigentes.
- 2) A Nota do PT, entretanto, não faz justiça ao Supremo Tribunal Federal, cujos integrantes atuais, convém lembrar, foram quase todos indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidenta Dilma Roussef. São ministros e ministras que estão apenas cumprindo a missão atribuída pela Constituição, ou seja, não deixar cair no vazio o significado da independência judicial, marca fundamental de convivência em todos os países democráticos.
- 3) Ao contrário de falsas expectativas, os magistrados integrantes do Supremo Tribunal Federal deram provas – todos eles – de honradez e correção durante o julgamento da AP 470, adstritos, cada um, aos limites de suas consciências e das provas dos autos, e nada mais que isso, cientes do dever de sepultar qualquer sentimento histórico de impunidade que a nota divulgada pelo Partido dos Trabalhadores, estranhamente, arroga como precedente em favor de seus ex-dirigentes ao dizer que a ação, depois de cinco anos, deveria reiniciar sua tramitação pelo Primeiro Grau de jurisdição.
- 4) O curso da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal, desde o final de 2007 - que naquela instância máxima recebeu os mais variados recursos cabíveis e até os sem cabimento algum, tendo propiciado a oitiva de mais de 600 testemunhas - é expressão do cumprimento do devido processo legal, não sendo papel do STF (que aí sim faria política partidária) a atitude de “colaborar” com forças políticas envolvidas em processo criminal sob sua jurisdição evitando a coincidência das datas do julgamento com datas do calendário eleitoral.
- 5) As afirmações do Partido dos Trabalhadores quanto a dizer que o Supremo Tribunal Federal fez da Ação Penal 470 um julgamento político e teoricamente de exceção é do mesmo modo descabida, na visão da entidade da magistratura do Trabalho, momento infeliz em que resvala no discurso dos regimes de exceção, como aquele instalado no Brasil em 1964 e que foi combatido pela atual presidenta da República com sacrifício de sua própria integridade física e liberdade.
- 6) Ao contrário, aprofundar adequadamente, como fez o Supremo Tribunal Federal, a teorização da responsabilidade de grupos sobre os crimes de colarinho branco, corrupção ativa e passiva, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, especialmente quando se trata das zonas mais refinadas das organizações criminosas nas esferas públicas e privadas, é uma conquista para sociedade e uma perda importante para essas organizações que pilham o patrimônio público e desfiguram os hábitos da moralidade pública e privada.
- 7) Espera a Anamatra que os bons ventos desse julgamento se espriem sobre outras ações idênticas, e com rapidez, não importando a filiação partidária de outros réus, defendendo do mesmo modo que o sistema recursal brasileiro seja racionalizado para permitir o mais rápido cumprimento de pena e decisões judiciais, bem como sejam tomadas medidas concretas e imediatas para valorização da magistratura, todas ao alcance da classe política brasileira, de todos os partidos, nos quais nós, brasileiros, juízes ou não, seguimos confiantes.
- 8) E que os erros de alguns poucos não sirvam para desviar os rumos positivos do Brasil. As pessoas passam, mas as instituições permanecem.

Brasília, 16 de novembro de 2012.

Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

MAGISTRADOS DO TRABALHO PRESTIGIAM POSSE DOS NOVOS PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Foto: Claudio Humberto SCO/STF



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, diretores da entidade e dirigentes das Amatras prestigiaram no dia 22 de novembro a posse dos novos presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. A posse contou com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, e de diversas autoridades em um total de cerca de duas mil pessoas.

A solenidade foi aberta com a execução do Hino Nacional pelo músico Hamilton de Holanda. A cerimônia foi conduzida pelo ministro decano, Celso de Mello, que foi responsável por dar posse ao novo presidente. A convite do ministro Joaquim Barbosa, o discurso de saudação aos novos presidente e vice-presidente do STF foi feito pelo ministro Luiz Fux. Também tiveram a palavra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que falou em nome do Ministério Público, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, que fez seu pronunciamento em nome da advocacia.

Em seu discurso, o ministro Joaquim Barbosa falou do problema da morosidade do Poder Judiciário e defendeu que a Justiça promova a igualdade. "A noção de justiça é

indissociável da noção de igualdade. Quando se associam justiça e igualdade, emerge o cidadão. Buscamos um Judiciário célere, efetivo e justo. De nada vale o sofisticado sistema de informação, se a Justiça falha. Precisamos tornar efetivo o princípio constitucional da razoável duração do processo. Se não observada estritamente e em todos os quadrantes, o Judiciário nacional, suscitará, em breve, o espantinho capaz de afugentar os investimentos que tanto necessita a economia nacional", disse.

Barbosa também afirmou que os magistrados precisam considerar os anseios da sociedade e não serem "isolados". "O juiz é um produto do seu meio e do seu tempo. Nada mais ultrapassado e indesejado do que aquele juiz isolado, como se estivesse fechado em uma torre de marfim", disse o ministro que também ressaltou em sua intervenção a necessidade da "reforçar a independência do juiz". Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, a preocupação do ministro com a independência é importante. "A magistratura do Trabalho espera que o ministro Joaquim faça valer a independência do Poder Judiciário, inclusive no que se refere às prerrogativas e à necessidade de valorização profissional, incluindo nesse aspecto a dignidade salarial", afirmou.

PRESIDENTE DA ANAMATRA PRESTIGIA POSSE DOS NOVOS COORDENADORES DO COLEPRECOR



Foto: Arquivo Coleprecor

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, prestigiou na tarde do dia 21 de novembro a posse do desembargador Tarcísio Valente, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT), como coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor). A nova gestão terá na vice-coordenadoria a desembargadora Vânia Jacira Tanajura Chaves, presidente do TRT da 5ª região (BA). Ambos foram eleitos durante a 7ª Reunião Ordinária do Colégio, no dia 25 de outubro.

A cerimônia, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, contou com a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, do ministro do TST e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Carlos Alberto Reis de Paula, e dos secretários-gerais da Presidência do TST e CSJT, respectivamente, Rubens Curado Silveira e Ricardo Lucena, entre outras autoridades.

Com mandato de um ano, a nova direção assume o compromisso de comandar as atividades do Colégio em 2012, promovendo a integração dos TRTs por meio do intercâmbio de experiências, do estudo e aprofundamento de temas jurídicos, administrativos e de questões judiciais.

Em seu discurso, o novo coordenador lembrou o momento vivido na atualidade, no qual a informação e o planejamento constituem a base de todo e qualquer projeto de gestão. "Esta técnica de gestão favorece o planejamento, execução e acompanhamento dos trabalhos, traduzindo-se em um meio eficaz de transformar estratégia em ação", afirmou ao ressaltar a necessidade de se sistematizar as ações do Coleprecor, com a implementação da gestão estratégica como ferramenta essencial para viabilizar os

objetivos, inclusive com a adoção da metodologia de gerenciamento de projetos.

No âmbito das corregedorias, avaliou que também há muito a refletir, a partir das recentes mudanças tecnológicas. "Esta realidade impõe a necessidade de virtualização das correições, notadamente a partir dos dados detalhados do sistema e-Gestão e outras experiências bem sucedidas dos Regionais", explicou Valente.

Valente pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo desembargador Renato Buratto, presidente do TRT da 15ª Região (Campinas/SP) e pela desembargadora Vania Maria da Rocha Abensur, presidente e corregedora do TRT da 14ª Região (RO/AC), respectivamente, coordenador e vice-coordenadora do Colégio no decorrer deste ano.

Ao transferir o cargo ao novo coordenador, Buratto destacou a importância da atuação da entidade e do compromisso assumido de ser colaborador de todos os Regionais na condução de pleitos, projetos, requerimentos e ações. "Inúmeros debates de ideias e projetos comuns aos Regionais foram democraticamente submetidos a este legítimo fórum, deles extraindo-se resultados auspiciosos, os quais, em diversas oportunidades, tornaram-se paradigmas a todo o judiciário trabalhista", disse.

"Quero externar os cumprimentos calorosos aos desembargadores Buratto e Vania que vem a entregar a coordenação do Coleprecor após uma gestão profícua e dinâmica em prol dos interesses da Justiça do Trabalho", disse o presidente do TST e do CSTJ, João Oreste Dalzen. O ministro também saudou a renovação, ressaltando que a alternância na condução dos órgãos públicos é salutar e afinada aos mais caros princípios da tradição republicana. 

* Com informações do Coleprecor

ANAMATRA DEFENDE PONTO ELETRÔNICO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO



Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra participou de audiência pública no dia 10 de dezembro na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal para debater a regulamentação do sistema de controle da jornada determinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a adoção obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) – Portaria 1510/09. A entidade foi representada pela juíza do Trabalho da Amatra 4 (RS) Valdete Severo.

A representante da Anamatra rebateu críticas feitas por outros expositores na CDH de que o REP apresenta falhas e custa um valor considerável ao empregador. De acordo com Valdete Severo, a portaria do MTE veio para dar eficácia àquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já havia regulamentado há anos. “Estamos falando de tempo de vida, do tempo que o trabalhador dedica ao trabalho para o empregador”, ressaltou a magistrada.

A juíza ainda destacou que o REP é importante ferramenta tanto para o empregado quanto para o empregador, pois garante transparência e segurança para ambas as partes. “Hoje os juízes do Trabalho enfrentam a questão das horas extras em 95% dos processos”, afirmou.

Valdete explicou aos presentes que o REP pode mesmo ter falhas, afinal, é uma tecnologia e, portanto, deve estar sempre sofrendo melhorias. “Se há problemas com o sistema, eles devem ser solucionados dentro da esfera onde estão, ou seja, no desenvolvimento tecnológico”, opinou. “O que deve ser discutido é se há ou não melhorias a serem feitas. Não podemos deixar que a portaria seja revogada, porque isso representará um verdadeiro retrocesso social neste espaço conquistado entre o capital e o trabalho”, completou, referindo-se ao Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 593/10, que pede a suspensão da portaria 1510/09, e que já foi aprovado em duas comissões do Senado e espera apreciação da CDH. 

“Se há problemas com o sistema, eles devem ser solucionados dentro da esfera onde estão, ou seja, no desenvolvimento tecnológico”

Juíza Valdete Severo

CÂMARA APROVA PEC QUE ESTENDE DIREITOS DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS



Foto: Luis Macedo/Agência Câmara

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, por 347 votos a dois, com duas abstenções, no dia 4 de dezembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10 que estende aos trabalhadores domésticos, tais como babás, cozinheiras e outros empregados em residências, 16 direitos que hoje já são assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A matéria segue agora para votação, em dois turnos, no Senado Federal. A Anamatra defende a aprovação da PEC por entender que atualmente a legislação não garante uma vida digna aos trabalhadores domésticos. “Essa proposta legislativa representa um grande avanço para a igualdade social, já que concede a esses cidadãos os mesmos direitos dos demais trabalhadores”, afirma o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. “Entretanto, não basta apenas que a PEC seja aprovada e a lei entre em vigor. Vários outros problemas ligados ao trabalho doméstico devem ser sanados, como o trabalho infantil e a informalidade, que chega a ser de 70% neste setor”, alerta o juiz. Dos 16 direitos previstos na proposta, alguns podem entrar em vigor de imediato se houver a promulgação da emenda à Constituição, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, hora extra e adicional noturno. Outros, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, salário-família e seguro contra acidentes de trabalho, ainda precisariam de regulamentação.

Diversos parlamentares defenderam a aprovação da proposta, a exemplo do deputado Amauri Teixeira (PT-BA) para quem a PEC é uma “carta de alforria” para os trabalhadores domésticos. “As domésticas vivem ainda em situação de semiescavidão, sem jornada mínima definida, sem hora extra, sem adicional noturno”, disse. Segundo ele, a aprovação da proposta vai permitir a profissionalização da profissão, já que muitas domésticas abandonam o serviço por conta das condições de trabalho. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) disse que a proposta vai corrigir “um grande equívoco” da Constituição de 88. “É seguro desemprego, FGTS, demissão por justa causa, seguro contra acidente de trabalho. Nada mais justo do que dar esses direitos a esse conjunto da população brasileira”, disse. Já o deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) disse que a proposta é uma “conquista civilizatória da sociedade brasileira”. 

*Com informações da Agência Câmara

TERCEIRIZAÇÃO EM DEBATE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou no dia 21 de novembro de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei 4330/2004, que dispõe sobre a terceirização e as relações de trabalho dela decorrentes. A proposta aguarda parecer do relator na CCJ, deputado Arthur Oliveira Maia (PDMB-BA), que participou da audiência juntamente com o presidente da CCJ, Ricardo Berzoini (PT-SP), e do deputado João Paulo Lima (PT/PE), autor do requerimento para a realização do debate.

A Anamatra acompanha prioritariamente a tramitação do projeto. Para a entidade, a proposta, em linhas gerais, permite a terceirização de todas as atividades da empresa, e até mesmo a “quarteirização” - quando uma empresa terceirizada subcontrata outra para prestar parte do serviço. Estima-se que, com a aprovação da proposta, em dez anos, os empregados terceirizados serão a maioria no país.

Para Paulo Schmidt, a discussão da terceirização não vem sendo feita de forma a preservar os direitos sociais, mas sim com uma preocupação de cunho meramente mercadológico. “A discussão da terceirização deve ser em torno de um marco regulatório. Precisamos olhar para o futuro da nação que não pode ter olhos apenas para a competitividade,” disse. Nesse ponto, Paulo Schmidt mencionou pesquisa realizada pela Federação Única dos Petroleiros, com o objetivo de saber o que motiva uma empresa a contratar empregados terceirizados: 98% das respostas mostraram que a opção estava relacionada à redução de custos e apenas 2% responderam que as terceirizações foram efetivadas pela necessidade de contratação de mão de obra especializada.

O vice-presidente também alertou para o elevado número de acidentes do trabalho no Brasil. Dados do Ministério da Previdência Social referentes ao ano de 2010 apontam para mais de 700 mil acidentes e quase três mil mortes, sem contar as subnotificações (quando a empresa não comunica o acidente) e as ocorrências com os trabalhadores não segurados (informais e servidores públicos). “Há pesquisas que mostram que há maior índice de acidentes de trabalho envolvendo terceirizados do que envolvendo trabalhadores contratados diretamente pelas empresas”, disse o magistrado ao se referir ao estudo feito pela Central Única dos Trabalhadores sob o título “Terceirização e Desenvolvimento – uma conta que não fecha”. O estudo demonstra que quatro em cada cinco acidentes de trabalho, inclusive os que resultam em mortes, envolvem funcionários terceirizados.

Schmidt também afirmou que a aprovação do projeto pode ter efeitos na área pública e gerar um custo social alto. “Se a proposta passar do jeito que está, podemos ter prefeituras sem servidores. Talvez a Comissão pudesse fazer este debate: qual o efeito deste PL no setor público, especialmente nos municípios?”, ponderou.

Também participaram da audiência pública Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, da Confederação Nacional da Indústria, Vagner Freitas de Moraes, presidente da Central Única dos Trabalhadores, Lívio Giosa, do Centro Nacional de Modernização Empresarial, Fábio Leal Cardoso, da Procuradoria-geral do Trabalho, José Pastore, professor aposentado da Universidade de São Paulo, e Alain Alpin Mac Gregor, da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

JUIZ DEBATE PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO AO LEGISLATIVO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Foto: Arquivo Anamatra

O integrante da Comissão Legislativa da Anamatra Luiz Antonio Colussi participou no dia 21 de novembro de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. O objetivo do encontro, que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil e também de deputados, foi debater a participação popular junto ao Legislativo.

Colussi elogiou a CLP e sugeriu que seja feita alteração no regimento interno da Câmara para que os projetos aprovados pela comissão possam tramitar com mais celeridade. Em 11 anos de existência, apenas três projetos da CLP foram aprovados. “Poderíamos tentar incorporar

algum dispositivo para haver tramitação especial, para valorizar o trabalho da ‘nossa’ Comissão de Legislação Participativa”, disse o juiz.

O representante da Anamatra também aproveitou a oportunidade para falar sobre dois projetos apresentados pela entidade na CLP neste ano: o Projeto de Lei 51/2012 e o Projeto de Lei Complementar 52/2012. Ambas as proposições dizem respeito ao combate à corrupção. (leia mais [aqui](#)) “A Anamatra quer ser parceira da Comissão. Estamos à disposição para, por meio da nossa Comissão Legislativa, emitir notas técnicas e pareceres dentro do Direito do Trabalho e dos Direitos Sociais”, afirmou Colussi. 

ANAMATRA ENTREGA À CONATRAE SUGESTÃO DE EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE ALTERA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e o juiz Guilherme Feliciano, da Comissão Legislativa da entidade, estiveram no dia 4 de dezembro com o coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, José Guerra. A Comissão congrega diversas entidades, entre elas a Anamatra.

No encontro, os magistrados entregaram ao coordenador proposta de emenda ao PLS nº 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. O objetivo da entidade com a iniciativa é alterar artigos para reduzir o déficit de efetividade das normas penais que criminalizam o trabalho escravo contemporâneo e as figuras análogas. “Esse déficit deve-se em parte a imperfeições técnicas do tipo penal, como está hoje em vigor; e, noutra parte, às próprias resistências e deficiências do Poder Judiciário, o que também se procura equacionar”, explica a entidade no pedido. 

COMISSÃO LEGISLATIVA DISCUTE PROJETOS ANTICORRUPÇÃO COM PARLAMENTARES



Foto: Arquivo Anamatra

O juiz Luis Antonio Colussi, membro da Comissão Legislativa da Anamatra, reuniu-se no dia 28 de novembro com os deputados Francisco Araújo (PSD-RR), e José Stédile (PSB-RS). Durante os encontros, o magistrado pediu o apoio dos parlamentares a tramitação de duas sugestões (SUG) encaminhadas pela Anamatra à Comissão de Legislação Participativa e que visam ao combate à corrupção no país.

Araújo é o relator na Comissão da SUG 51/12 dispões sobre a criação do Conselho de Ética Pública e de medidas de transparência e controle de atos de agentes políticos, dirigentes, empregados e servidores públicos. Durante o encontro, o parlamentar entregou ao magistrado seu parecer favorável à proposta da Anamatra. “O alto índice de corrupção prejudica a percepção de um ambiente institucional estável e confiável, afastando investimentos estrangeiros do país”, ressalta o deputado em seu parecer. O deputado acredita que a proposta será bem recebida pela Câmara devido aos recentes acontecimentos políticos. “O país vive um momento pós-mensalão”, afirmou.

O deputado José Stédile, relator da SUG 52/12, que institui o Sistema Eletrônico de Licitação e altera a lei que trata do crime de lavagem de dinheiro, também se mostrou favorável à proposta da Anamatra que, entre outros aspectos, dobra as penas mínimas dos crimes relacionados à corrupção, alçando-os à condição de hediondos. “Parabenizo a Anamatra pela iniciativa”, disse o parlamentar, que também afirmou seu apoio à criação do Conselho de Ética Pública.

A apresentação das propostas da Anamatra ao Congresso faz parte da campanha **“Anamatra no Combate à Corrupção”**, lançada no mês de agosto na Câmara dos Deputados ([clique para ler](#)). A iniciativa da campanha e dos projetos anticorrupção foi aprovada como tese no 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado em maio, em João Pessoa. As mudanças incluem: a elevação das penas mínimas para os crimes de corrupção, concussão e peculato, com a qualificação de tais tipos como crimes hediondos e a tramitação prioritária de tais ações penais; a criação de um Conselho de Ética Pública para prevenir a prática da corrupção; e a informatização de todo o procedimento licitatório, com a criação de um Sistema Eletrônico de Licitação. 



SENADO: VICE-PRESIDENTE DA ANAMATRA ALERTA PARA PROCESSO DE “PREOCUPANTE PRECARIZAÇÃO TRABALHISTA”



Foto: Arquivo Anamatra

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou, no dia 27 de novembro, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal para debater a terceirização. Durante a audiência, os participantes discutiram o Projeto de Lei nº 951/11 (Simples Trabalhista), de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, com o objetivo de gerar empregos formais nas micro e pequenas empresas, bem como a desoneração da folha de pagamentos. A audiência contou com a participação de representantes de diversas entidades e foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Paulo Schmidt iniciou sua intervenção explicando por que a Anamatra participa ativamente do debate que envolve a terceirização e demais questões relativas ao mundo do trabalho. “Temos o dever de fazer a defesa da ordem normativa e a preservação dos avanços sociais nela consagrados, o que traduz o compromisso jurado de defesa da Constituição”. O magistrado usou o espaço para reafirmar que as conquistas dos trabalhadores ao longo dos séculos não podem retroceder. “A Constituição Federal consagra o princípio que veda o retrocesso social, e mitigar direitos fundamentais atenta contra o marco civilizatório que a sociedade brasileira já atingiu”, ressaltou.

O representante da Anamatra também aproveitou a oportunidade para rebater a informação corrente de que os encargos sociais aumentam o custo da contratação de um trabalhador em 102%, o que qualificou como uma “inverdade”. A partir de estudos de pesquisadores da Unicamp, Paulo Schmidt usou o exemplo de um empregado contratado pelo salário de R\$ 1.000,00

mensais. “Entre salário contratual e diferido (13º salário e 1/3 de férias), esse trabalhador recebe na média R\$ 1.111,11 por mês, que é a base de incidência dos 27,8% de encargos sociais que o empregador paga (R\$ 308,89). Além do salário contratual e o diferido, também integram a remuneração média do trabalhador as verbas recebidas eventualmente (FGTS e impacto médio das verbas rescisórias), o que eleva a remuneração ao valor de R\$ 1.229,11. Logo, o montante de encargos sociais (R\$ 308,89) representa 25,1% da remuneração do trabalhador. Longe, portanto, do percentual de 102% amplamente usado por alguns setores para justificar propostas precarizantes dos direitos trabalhistas”.

Sobre o PL 951/2011, o vice-presidente destacou que se trata de uma proposta inconstitucional sob vários aspectos. “É inacreditável que esteja tramitando uma proposição como o Simples Trabalhista, que visa a criar empregados de segunda categoria”, frisou Schmidt. O magistrado lembrou que outra questão preocupante é a desoneração da folha de pagamento. “A diminuição ou desoneração completa da cota patronal da contribuição previdenciária das empresas se constitui em medida de transferência de renda da sociedade para essas empresas, pois que haverá substituição de um ‘imposto’ de natureza neutra por outros tributos regressivos que serão suportados pelo conjunto da sociedade, inclusive pelos trabalhadores informais que contribuirão indiretamente para uma previdência a qual eles não terão acesso. Da forma como está em curso a desoneração será mais um fator perverso a contribuir para essa iníqua concentração de renda que temos no País”, alertou Schmidt. 

RENATO SANT'ANNA ENALTECE TRABALHO DE SENADOR PAULO PAIM À FRENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 17 de dezembro de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. Sob o comando do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), o encontro teve como objetivo fazer um balanço de todas as audiências realizadas no âmbito da comissão no ano de 2012.

Em sua intervenção, Renato Sant'Anna lembrou que a Anamatra, sempre que convidada pelo senador, comparece às audiências públicas para debater temas de interesse da sociedade, como terceirização, ponto eletrônico, fundo de previdência, desoneração de folha de pagamento, entre outros. "A Anamatra considera a Comissão de Direitos Humanos, sob sua presidência, uma trincheira da defesa do direito do trabalho", disse. O magistrado aproveitou a oportunidade para nominar os juízes do Trabalho que participaram das atividades da CDH em nome da Anamatra este ano, entre eles o vice-presidente da entidade, Paulo Schmidt, o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, e os juízes Noêmia Porto (Amatra 10/ DF e TO), Guilherme Feliciano (Amatra 15/ Campinas e Região) e Valdete Severo (Amatra 4/RS).

Paulo Paim também falou sobre sua participação, como palestrante, no 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado pela Anamatra em maio em João Pessoa. "Foi um dos congressos mais bonitos que já participei e talvez aquele em que fui mais aplaudido", contou o senador, relatando que ficou muito emocionado por ele, um metalúrgico, ter tido a oportunidade de palestrar e ser compreendido e respeitado por magistrados. "Quero pedir uma salva de palmas para os juízes do Trabalho, representados pela Anamatra, que defendem a CLT e os direitos dos trabalhadores. Não tenho a menor dúvida de que a posição da Anamatra é em prol do povo brasileiro", encerrou o parlamentar. 

ANAMATRA DEFENDE DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLHA DOS INTEGRANTES DO CSJT

Foto: Arquivo Anamatra



O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, reuniu-se no dia 12 de dezembro com o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) para tratar do Projeto de Lei (PL) nº 4591/2012, que dispõe sobre a composição, funcionamento e competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O parlamentar é relator da proposição na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

“A Anamatra defende que o CSJT também seja integrado por juízes de primeiro grau, assim como é o Conselho Nacional de Justiça”, afirmou Germano Siqueira, reportando-se a anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho de Representantes da Anamatra no ano de 2008, ainda na gestão do presidente Cláudio Montesso, e que foi encaminhado depois ao Tribunal Superior do Trabalho como contribuição para a proposta de regulamentação do CSJT.

“Além disso, achamos importante que haja a democratização do CSJT, com escolha dos magistrados por votação em cada faixa: juízes de primeiro grau elegem seus representantes, magistrados de segundo grau os seus e os ministros do TST escolhem seus conselheiros, o que está em harmonia com o que defendemos que também deva ocorrer no CNJ, especialmente no que se refere aos cargos da magistratura. É importante retomar a bandeira da democratização do Judiciário”, complementou o diretor da Anamatra.

Bala Rocha afirmou que analisará a proposta da Anamatra, mas destacou que provavelmente o PL 4591 será votado apenas no próximo ano, tendo em vista que o recesso está próximo. 

“A Anamatra defende que o CSJT também seja integrado por juízes de primeiro grau, assim como é o Conselho Nacional de Justiça”

Germano Siqueira

VENCEDORES RECEBEM PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS

PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2012



A Anamatra premiou no dia 28 de novembro os vencedores da 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. A cerimônia aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP) e contou com a participação de presidentes das Amatras, magistrados de diversas Regiões e desembargadores do Tribunal. “Esse reconhecimento, ainda que simbólico, tem como objetivo fomentar um esforço contínuo de promoção de boas práticas que tenham como cerne a proteção do trabalhador brasileiro, muitas vezes tão ameaçado pelo setor produtivo e que tem seus direitos mais básicos desrespeitados”, disse o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, ao abrir a premiação.

A presidente do TRT-SP, desembargadora Maria Doralice Novaes, elogiou a iniciativa da Anamatra e lembrou que todos devem ser atores na luta pela preservação dos direitos humanos. “Que se promovam ações concretas no mundo do trabalho e lutem contra o trabalho infantil, o trabalho escravo e o trabalho degradante”, desejou a magistrada.

À frente do Prêmio, a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Berteli, aproveitou a oportunidade para explicar o motivo que levou a entidade a escolher o Cilindro de Ciro para dar forma à estatuetas que cada vencedor leva para casa. “Assim como Ciro, a Anamatra vem, ao longo dos anos, gravando a sua história em fatos concretos para afirmação e valorização dos direitos humanos”, ressaltou Sandra.

Já a presidente da Amatra 2 (SP), Patrícia Almeida Ramos, agradeceu por ter tido a oportunidade de apoiar o Prêmio e parabenizou os vencedores. “Parabéns aos home-

nageados, que hoje concedem brilho e cor ao evento”.

Antes da premiação, a procuradora do Estado de São Paulo, Flávia Piovesan, proferiu palestras aos convidados. Ela fez um panorama geral sobre os direitos humanos no mundo e traçou desafios que o Brasil precisa enfrentar a desigualdade, a discriminação e a violação dos direitos sociais.

PREMIADOS

A categoria Imprensa teve quatro vencedores. Na subcategoria fotografia, Marcos Porto, de Blumenau (SC), foi o vencedor com a imagem “A dor se repete”, veiculada no Jornal de Santa Catarina. Ana Lúcia Caldas, de Brasília (DF), foi a grande vencedora na categoria Rádio, com o boletim “Começar de Novo – Da capacitação ao esporte: o recomeço dos detentos”, da Rádio Justiça. Dentre os trabalhos de televisão inscritos, o selecionado para ser premiado foi o programa Caminhos da Reportagem “Nosso lixo”, da TV Brasil, de autoria da jornalista Carina Dourado, de Brasília (DF). E o mineiro Joelmir Rezende, de Belo Horizonte (MG), levOU o prêmio na subcategoria Impresso, com a reportagem “Fora da Lei”, publicada no jornal O Tempo (MG).

Na categoria Cidadã, a Universidade Católica de Brasília foi a vencedora, com o trabalho “Promotoras Legais Populares pelo Trabalho Doméstico Decente”. Já na categoria Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), programa de autoria da Anamatra realizado pelas Amatras nos estados, o vencedor foi Clóvis Renato Costa Farias, com o trabalho “Comunidade e Direitos sociais”, realizado no Ceará. 

Direitos Humanos

Fotos: Arquivo Anamatra



“Para a equipe do PLP-TD, o prêmio tem vários significados. Do ponto de vista acadêmico, confirma a importância da extensão como instrumento de construção da educação na Universidade. Do ponto de vista jurídico, fortalece a compreensão de que não é somente por meio das leis que se garante ou se efetiva direitos. E, por fim, reconhece que a comunidade também é capaz de redimensionar e construir novas perspectiva de Direito. Dedicamos este prêmio a todas as trabalhadoras domésticas do Brasil, especialmente às mulheres lutadoras da Cidade Estrutural! ”

Judith Cavalcanti, professora da Universidade Católica de Brasília

“O Prêmio de Direitos Humanos da Anamatra é de suma importância para consolidar os objetivos do Projeto Trabalho, Justiça e Cidadania, uma vez que incentiva os parceiros e demais intervenientes a permanecerem e ampliarem as ações emancipatórias na sociedade, bem como dá maior visibilidade a tais atitudes edificantes da instituição. Instiga a multiplicação das parcerias com consequente ampliação do público abrangido, contribuindo cada vez mais para uma formação humana com liberdade, justiça e solidariedade, atendendo aos objetivos da República Federativa do Brasil.”

Clóvis Renato Costa Farias – doutorando em direito da Universidade Federal do Ceará e professor universitário

“Registrar estes problemas e ver que existe gente tentando resolvê-los e dando atenção a eles é gratificante. Como fotógrafo, acredito que alcancei meu objetivo de destacar problemas como este e mostrar para a sociedade que eles existem.”

Marcos Porto, fotógrafo

“Ganhar o prêmio Anamatra um incentivo para continuar priorizando questões como a inclusão social ou, no caso, a reinserção no mercado de trabalho, nas pautas que desenvolvo diariamente como jornalista. O fato do rádio ser um veículo com uma abrangência tão grande torna também maior a responsabilidade de tratar com seriedade e imparcialidade questões que ainda são cercadas de preconceito, principalmente pelo desconhecimento. Na minha opinião, Informar o cidadão sobre direitos e deveres é também humanizar o jornalismo”

Ana Lúcia Caldas, jornalista

“Ter vencido o prêmio Anamatra de Direitos Humanos foi o reconhecimento de que trabalhos e esforços como o que a gente fez são essenciais para que a realidade não esteja oculta e incentivar que nós, jornalistas, tenhamos sensibilidade e responsabilidade sobre o que é ignorado. O prêmio representa que é preciso não fechar os olhos para a vida de milhares de brasileiros que ainda carecem de serem tratados com dignidade no país. Nós, como TV, temos o papel de focar o olhar da sociedade sobre esses problemas, de modo a sensibilizá-la e fazê-la agir por um país onde os direitos humanos sejam respeitados.

Carina Dourado Rodrigues, jornalista

FOTO DO JUIZ LUCIANO ATHAYDE É INAUGURADA NA GALERIA DE EX-PRESIDENTES DA ANAMATRA



A Anamatra realizou no dia 5 de dezembro a aposição da foto do juiz Luciano Athayde Chaves na galeria de ex-presidentes da entidade. O magistrado, que presidiu a Anamatra no biênio 2009/2011, foi recebido por dirigentes da entidade, integrantes do Conselho de Representantes e juízes do Trabalho de diversas Regiões. Entre os presentes, estiveram os ex-presidentes Ilce Benevides e Hugo Cavalcanti Melo Filho. Também prestigiaram a solenidade dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

“Como presidente da Anamatra muitas vezes realizamos tarefas das quais não gostamos, pela exigência do cargo. Mas esta de hoje faço com alegria, pelo reconhecimento da dedicação do juiz Luciano a nossa entidade”, afirmou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. Sant’Anna também lembrou o período que o magistrado exerceu o cargo de juiz auxiliar da presidência do Supremo Tribunal Federal, a convite do então presidente ministro Ayres Britto. “Foi um orgulho para todos nós. Receba dos juízes do Trabalho, da Justiça do Trabalho e das entidades parceiras de nossa Associação a nossa homenagem. A Anamatra vai ter sempre um pedaço seu, e não é na foto, é na dedicação à causa associativa”, ressaltou.

Luciano Athayde agradeceu as manifestações e a homenagem e destacou a importância da dedicação dos colegas à causa associativa. “Nem todo mundo conhece, dá valor, mas todos precisam”, disse, referindo-se à importância do movimento associativo e agradecendo o apoio recebido de sua esposa, a juíza do Trabalho Daniela Chaves. “A Justiça do Trabalho seria outra sem as associações, que são atores políticos sociais”. O ex-presidente também ressaltou todo o apoio recebido

de seus colegas de diretoria e dedicou à sua gestão a sua então secretária-geral, Fátima Stern, falecida em novembro do ano passado. “Este poderia ser o nome de minha gestão, pois sempre tive nela a energia. Em todas as dificuldades, ela sempre foi a primeira a chegar e a última a sair. Ela colocou a Anamatra em primeiro lugar em sua vida e, para mim, sempre vai ser um grande exemplo e uma grande esperança”, afirmou.

Luciano Athayde Chaves nasceu em João Pessoa (PB) em 24 de julho de 1971. É bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ingressou na magistratura trabalhista em 1995, atualmente é juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Natal, no Rio Grande do Norte, e membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

O magistrado atua na área do Direito Público, com ênfase em Direito Processual do Trabalho e Processual Civil, e também na área do Direito Constitucional, nos seguintes temas: Hermenêutica Constitucional, Organização do Estado, com destaque para o Poder Judiciário (estrutura e Estatuto da Magistratura). É autor de diversos artigos e livros jurídicos. No magistério, é professor adjunto no Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, professor da pós-graduação da Universidade Potiguar e da Instituição de Ensino Superior de Brasília (IESB).

Antes de exercer a presidência da Anamatra, ocupou os cargos de vice-presidente (2007-2009), diretor de assuntos legislativos (2005/2007) e diretor financeiro (2003-2005). Na Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região (Amatra 21), exerceu a presidência nos biênios 002/2004 e 2004/2006.

ESTANTE JURÍDICA

PROCESSO DO TRABALHO

“Processo do Trabalho - Uma Interpretação Constitucional Contemporânea da Teoria dos Direitos Fundamentais”. Esse é o tema do novo livro do vice-presidente da Amatra 4 (RS) e juiz do Trabalho na 4ª Região, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior. A obra faz uma análise da tutela coletiva dos direitos como instrumento de proteção e efetivação dos direitos sociais dos trabalhadores, bem como com a legitimação do Ministério Público do Trabalho para a defesa desses direitos.

O objetivo é provocar o debate acerca de uma maior e real efetividade do processo do trabalho, mediante a utilização das normas já existentes em nosso sistema, sobretudo em razão das exigências contemporâneas traçadas ao direito processual.

A publicação pode ser adquirida nas principais livrarias do país e no site da editora - www.livrariasaraiva.com.br -, onde é possível fazer também a aquisição da versão digital da obra.

DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO TRABALHO

“Direito Humano e Fundamental ao Trabalho: Fundamentação e Exigibilidade” é o título do livro do juiz Leonardo Vieira Wandelli (Amatra 9/PR) lançou este mês. Segundo o autor, a obra é um estudo que envolve o debate em torno da flexibilização dos direitos trabalhistas.

O lançamento aconteceu durante o seminário “O Futuro da Proteção Jurídica do Trabalho”. Na oportunidade, foi fundada a Academia Paranaense de Direito do Trabalho, com conferência do professor Hector-Hugo Barbagelatta (Uruguai), que também lançou obra durante o evento.

CURSO CRÍTICO DE DIREITO DO TRABALHO

O juiz do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, da 15ª Região lançou, pela Editora Saraiva, o “Curso Crítico de Direito do Trabalho”. A publicação, que será a primeira de uma série de quatro volumes sobre o tema, apresenta a Teoria Geral do Direito do Trabalho, com o objetivo de abastecer o leitor com os conhecimentos iniciais necessários para conhecimento e compreensão dos institutos da disciplina.

A série foi idealizada com o propósito de oferecer aos acadêmicos e aos profissionais do direito um estudo desprovido de qualquer preconceito, com a construção racional das suas próprias opções sem, todavia, comprometer a capacidade de escolha do leitor. O objetivo é criar oportunidades para o desenvolvimento do raciocínio jurídico do leitor, a partir de problemas casuísticos, sob a perspectiva jurídica e crítica.

O lançamento oficial está programado para os meses de março e abril de 2013. O primeiro volume já está disponível para compra no site da editora - www.editorasaraiva.com.br

CONGRESSO INTERNACIONAL DA ANAMATRA SERÁ EM WASHINGTON D.C.



Já começaram os preparativos para o 7º Congresso Internacional da Anamatra, que será realizado em Washington D.C. dos dias 1º a 5 de abril de 2013. A distribuição de vagas para participação no evento foi feito de forma proporcional ao número de associados de cada Amatra à Anamatra.

O valor da inscrição para participar do Congresso será de 1.200 dólares americanos. O evento conta com o apoio da Embaixada e Consulado brasileiros e da International Judicial Academy. Clique [aqui](#) e [aqui](#) e confira a programação preliminar do evento e [aqui](#) para ler o edital. 

Associativas

PRESIDENTE DA ANAMATRA REÚNE-SE COM NOVO COORDENADOR DO COLEPRECOR



O presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, reuniu-se no dia 12 de dezembro em Cuiabá (MT) com o novo coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), desembargador Tarcísio Valente. O juiz esteve acompanhado do presidente da Amatra 23 (MT), Ivan Tessaro. Os magistrados discutiram assuntos de interesse da magistratura do Trabalho.

Tarcísio Valente é presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e tomou posse como coordenador do Coleprecor no último dia 21 de novembro. "Esta técnica de gestão favorece o planejamento, execução e acompanhamento dos trabalhos, traduzindo-se em um meio eficaz de transformar estratégia em ação", afirmou o desembargador ao tomar posse, ressaltando a necessidade de se sistematizar as ações do Coleprecor, com a implementação da gestão estratégica como ferramenta essencial para viabilizar os objetivos, inclusive com a adoção da metodologia de gerenciamento de projetos. (leia mais [aqui](#)) *A*

*Com informações e foto Ascom TRT-23



Que as dificuldades passadas nos inspirem a caminhar com mais firmeza, que os problemas nos incentivem a procurar soluções e a lutar por bons ideais, sem nunca perder a ternura.

Que neste final de ano todos possamos somar as nossas alegrias e dividir nosso entusiasmo de ser feliz.

Aos associados, parceiros e amigos levamos o nosso carinho e os nossos desejos de um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

*justiça
solidariedade
alegria
paz
amor*



ANAMATRA

FRENTE ASSOCIATIVA DEFINE PAUTA DE ATUAÇÃO PARA 2013



Foto: Arquivo Anamatra

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou no dia 12 de dezembro da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). O encontro, que aconteceu na sede da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), teve como objetivo fazer um balanço do ano de 2012 e definir uma pauta de atuação para o próximo ano. Durante a reunião também foram eleitos o novo coordenador, Nino Toldo, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), e Alexandre Camanho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPR). Os dois dirigentes cumprirão um mandato de seis meses.

O estabelecimento de uma política remuneratória para as duas carreiras foi um dos assuntos tratados na reunião. Os dirigentes discutiram alternativas à questão da revisão dos subsídios e também a atuação da Frente pela aprovação das propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam do restabelecimento do adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras. Durante a discussão sobre a política remuneratória, em especial as dificuldades encontradas para sanar o déficit inflacionário de quase 30% no valor do subsídio de juizes e procuradores, Paulo Schmidt sugeriu que as questões remuneratórias sejam tratadas como “assunto institucional”. “A política remuneratória da magistratura e do Ministério Público é um assunto que deve envolver todas as instâncias do Poder Judiciário, incluindo tribunais superiores, e todas as entidades de classe”, opinou Schmidt, cuja sugestão foi acolhida pelos demais participantes da reunião. A Frente Associativa deve voltar a se reunir na primeira quinzena do mês de janeiro. 

JUÍZES FAZEM BALANÇO DO PROGRAMA TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA (TJC)

Diversas culminâncias marcaram o encerramento do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no Brasil (confira fotos de alguns eventos na próxima página) nos meses de novembro e dezembro. Uma delas, realizada em Aracaju (SE), no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, antecedeu o 7º Encontro Nacional do Programa, com muita música, teatro, poesia, dança e alegria. O objetivo do Encontro foi reunir representações das Amatras para fazer um balanço da aplicação do Programa e planejar metas para o ano de 2013.

Além das escolas e universidades, o ano de 2012 trouxe algumas novidades, a exemplo da aplicação do TJC para trabalhadores das obras dos estádios da Copa do Mundo de 2014 como uma ação do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Superior do Trabalho, do qual a Anamatra e as 24 Amatras são entidades parceiras. No próximo ano, a Anamatra deve lançar cartilha em quadrinhos, a exemplo da Cartilha do Trabalhador, com a temática de prevenção de acidentes do trabalho. Outra inovação foi a aplicação do Programa em uma instituição para menores infratores no Rio Grande do Sul (Fase).

O 7º Encontro Nacional do Programa reuniu a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli (Amatra 2/SP), a coordenadora geral do Programa, Eliete Telles (Amatra 1/RJ), os integrantes da Comissão Nacional Beatriz Lima (Amatra 2), Gustavo Vieira (Amatra 4/RS) e Rosemeire Fernandes (Amatra 5/BA), além de magistrados do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Campinas e Região, Pará, São Paulo, Espírito Santo e Maranhão.

“Todo o sucesso do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania não seria possível sem a dedicação de todos vocês, que são vocacionados. Esse trabalho é algo que nos traz muita satisfação enquanto juízes. É a verdadeira efetivação de direitos, do Judiciário próximo ao cidadão”, afirmou Eliete Telles para os colegas no encerramento do evento.

“Para a Anamatra o Programa é uma das mais importantes frentes de atuação, em razão do papel que o TJC tem perante a sociedade e a responsabilidade social”, destacou Sandra Bertelli, que lembrou outra inovação em 2012, que foi a criação de uma categoria específica do TJC no Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.

“Foi uma satisfação imensa receber os colegas coordenadores e ter a oportunidade de mostrar o empenho que os juízes, professores e alunos têm com o programa em nosso estado. Também foi uma possibilidade de incluir Sergipe no rol daquelas regiões nas quais são elaboradas propostas e alavancadas a concepção e implementação do Programa em todo o Brasil”, destacou o juiz Luiz Manoel Andrade Meneses, coordenador regional do Programa na Amatra 20 (SE).

“Não é só por meio da prestação jurisdicional que se faz justiça, mas sim trazendo as pessoas para perto de nós. Estamos contribuindo para um mundo melhor eu tenho certeza”, afirmou o juiz Hider Amaral, presidente da Amatra 20 (SE). “O programa TJC, nesses dois anos, me trouxe mais satisfação do que a implantação do processo eletrônico aqui em Sergipe, pois vejo o despertar para o sentimento de cidadania”, completou o desembargador Jorge Cardoso, presidente do TRT da 20ª Região.

PLANEJAMENTO

Os 24 juízes do Trabalho que participaram do Encontro também se reuniram em grupos e traçaram um plano de gestão para o ano de 2013, o que inclui o lançamento de uma cartilha em quadrinhos sobre acidentes de trabalho, a criação de um banco de boas práticas sobre o Programa e de um site com todas as informações sobre o TJC, entre outras deliberações. 



ARTIGO DO PRESIDENTE DA ANAMATRA É DESTAQUE NA FOLHA DE S.PAULO



“Pleno emprego como justificativa falsa” é o título do artigo do presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, publicado na edição do dia 17 de novembro do jornal Folha de S.Paulo. No texto o magistrado alerta para as tentativas de mudanças nas leis trabalhistas utilizando como justificativa a “modernização”. Para o presidente, trata-se na verdade de uma tentativa de flexibilização de direitos. [A](#)

Confira abaixo a íntegra do texto:

“PLENO EMPREGO COMO JUSTIFICATIVA FALSA”

Tenho observado, recentemente, uma onda de estudiosos, autoridades e juristas imprimindo na sociedade um discurso preocupante: o da necessidade de mudanças na legislação trabalhista, sempre sob a justificativa de sua “modernização”. Trata-se de uma análise superficial, que serve a um grave movimento que cada vez mais ganha força dentro do Brasil: a luta pela maximização dos lucros, como se a existência de direitos fosse obstáculo ao desenvolvimento.

Os juízes do trabalho entendem que é necessária a manutenção de um sistema de proteção ao trabalho integrado de normas irrenunciáveis, que estão longe de serem excessivas ou prejudiciais ao desenvolvimento social e econômico. São garantias alcançadas através de muita luta pelo cidadão brasileiro no decorrer de décadas, que não podem ser ameaçadas por um perigoso e falso discurso onde o capital e a precarização vencem.

Como vivemos um período de crescimento e com baixas taxas de desemprego, alguns atores sociais parecem ávidos para vislumbrar nas crises de outros países uma oportunidade de “patrocinar” medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores e à própria estabilidade social do Brasil.

Exemplos de que tais discursos encontram eco entre os Poderes da República são a “reforma da CLT” em discussão no Poder Executivo, a regulamentação da terceirização, o projeto do Simples Trabalhista e o acordo coletivo de finalidade específica. Podem ser resumidos em uma perigosa constatação de que estamos a caminho de legalizar o trabalho precário no Brasil.

Não que uma ou outra atualização da CLT não deva ser discutida, mas apenas e sempre no campo restrito da terminologia e da adaptação às novas tecnologias e realidades. Mas que isso não sirva como um pretexto para que o trabalho seja tratado como mercadoria e a dignidade do trabalhador seja ameaçada, sempre sob justificativa meramente econômica. Precisamos ser conservadores quando o que está em jogo é o direito do trabalho e o cumprimento da Constituição. Seria de se perguntar por que os admiradores dos chamados países desenvolvidos não se interessam em copiar seus exemplos de estabilidade das leis e de boa qualidade no campo dos direitos trabalhistas.

Se quisermos discutir modernidade, precisamos primeiro debater propostas “varridas para debaixo do tapete”, como os direitos das domésticas, os mecanismos para coibir a despedida arbitrária, a erradicação do trabalho escravo, acabar com a chaga do trabalho da criança e uma reforma sindical verdadeira: aquela que resgata o papel histórico dos sindicatos, priorizando, por exemplo, a negociação coletiva como forma de prevenir litígios, e não, como se pretende, para estender perigosamente ao Brasil toda uma realidade excepcional de pressão de algumas categorias ou regiões. Os juízes do trabalho convivem diariamente com o embate entre trabalhadores e empregadores. A existência de regras claras e estáveis serve para organizar o sistema de produção. Atua em benefício de todos, trabalhadores e patrões.

Mas não podemos esquecer que a Constituição, ao enumerar alguns direitos dos trabalhadores, deixou claro que outros podiam ser pensados, desde que para melhoria da condição social. O direito do trabalho, assim como a vida, anda para frente, não retrocede.

O momento é de alerta à sociedade: a estrutura dos direitos sociais está em risco. Os trabalhadores não têm direitos em excesso. Não é essa a reforma que o Brasil precisa. Que todos fiquem atentos.